ARTIGO 8.º

Os preceitos dispositivos do Código das Sociedades Comerciais poderão ser derogados por deliberação dos sócios.

Está conforme o original.

11 de Fevereiro de 2006. — A Ajudante Principal, *Filomena da Conceição Moreira Cardoso Pereira*. 3000220499

MONTEIRO & MOUTINHO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Almada. Matrícula n.º 8811/970711; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 08/970711.

Certifico que entre António José Teixeira Moutinho e Maria Alice Hipólito Monteiro, foi constituída a sociedade acima referida cujo contrato é o seguinte:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Monteiro & Moutinho, L.ª, e tem a sua sede na Rua de Fernão Magalhães, 15, 1.º-C, em Santo António da Caparica, freguesia de Costa da Caparica, concelho de Almada.

2 — A gerência poderá deslocar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como criar sucursais, agências, delegações ou outras formas locais de representação, no território nacional ou no estrangeiro

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto instalações especiais de electricidade, isolamentos, canalização, climatização, e actividades de acabamento, nomeadamente estucagem, montagem de trabalhos de carpintaria, caixilharia, revestimento de pavimentos, paredes e pintura.

ARTIGO 3.º

1 — O capital social é de um milhão de escudos, está integralmente realizado em dinheiro e corresponde à soma de duas quotas de quinhentos mil escudos cada, pertencendo uma a cada sócio.

2 — Poderão ser exigidas aos sócios prestações suplementares de capital até ao dobro do capital social.

ARTIGO 4.º

A cessão de quotas, entre sócios, é livre, porém a favor de estranhos depende do consentimento da sociedade, à qual é reservado o direito de preferência em primeiro lugar e aos restantes sócios em segundo.

ARTIGO 5.º

1 — A gerência da sociedade e a sua representação, em juízo e fora dele, quer activa quer passivamente, ficam a cargo de ambos os sócios, desde já nomeados gerentes, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral.

2 — Para vincular validamente a sociedade em todos os seus actos e contratos é suficiente a assinatura de um gerente.

ARTIGO 6.º

1 — A sociedade poderá amortizar quotas nos seguintes casos:

- a) Interdição, inibição, falência ou insolvência do titular de qualquer quota,
 - b) Se a quota for sujeita a arresto, penhora ou arrematação judicial;
 - c) Divórcio, separação judicial de pessoas e bens ou simples separação de bens de qualquer sócio, no caso da partilha não ser efectuada até dois anos, após o trânsito em julgado da decisão respectiva, bem como no caso da quota não ficar a pertencer por inteiro ao sócio;
 - d) Por acordo com o respectivo titular,
 - e) No caso de exclusão do sócio;
 - f) Se a quota for cedida sem consentimento da sociedade, fora dos casos previstos no número dois, do artigo duzentos e vinte e oito do Código das Sociedades Comerciais
- 2 — O valor da amortização será o que resultar do último balanço aprovado, se outro não resultar imperativamente da lei.

ARTIGO 7.º

Os lucros, depois de retiradas as importâncias necessárias para o fundo de reserva legal, terão o destino que a assembleia determinar.

ARTIGO 8.º

As assembleias gerais, quando a lei não exigir outras formalidades, serão convocadas por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios, com a antecedência mínima de 15 dias.

Conferida, está conforme o original.

11 de Fevereiro de 2006. — A Ajudante Principal, *Filomena da Conceição Moreira Cardoso Pereira*. 3000220494

XAROPE, ACTIVIDADES HOTELEIRAS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Almada. Matrícula n.º 07207/940112; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 40/940112.

Certifico que foi constituída a sociedade acima referida cujo contrato é o seguinte:

ARTIGO 1.º

Firma e duração

A sociedade adopta a firma Xarope, Actividades Hoteleiras, L.ª, e durará por tempo indeterminado a contar de hoje.

ARTIGO 2.º

Sede social

A sociedade tem a sua sede em Almada, na Rua de José Afonso, 5-B, freguesia do Laranjeiro, concelho de Almada, e pode ser transferida para qualquer outro local do território Português, por deliberação dos sócios.

ARTIGO 3.º

Objecto

A sociedade tem por objecto a industria hoteleira, restaurante ou similar.

ARTIGO 4.º

Capital social

O capital social é de quatrocentos mil escudos, integralmente realizado em dinheiro e representado por três quotas, uma de duzentos mil escudos da sócia Maria de Jesus Torres Grilo Madeira, outra de cem mil escudos do sócio José Manuel de Campos Moita e outra de cem mil escudos do sócio Manuel Fernando Cardoso Rodrigues.

ARTIGO 5.º

Gerência

1 — A gerência pertence a todos os sócios, que ficam desde já nomeados gerentes, com ou sem remuneração conforme o deliberado em assembleia geral, sendo necessárias duas assinaturas para que a sociedade se considere validamente obrigada em todos os seus actos e contratos.

2 — Os actos de mero expediente poderão ser praticados e subscritos por qualquer um dos gerentes,

3 — Fica vedado aos gerentes, sob a cominação de responderem por perdas e danos, obrigar a sociedade em actos alheios ao objecto social, nomeadamente em abonações, fianças e letras de favor.

ARTIGO 6.º

Cessão de quotas

A cessão de quotas, total ou parcial entre sócios é livremente permitida, sendo que na cessão a estranhos a sociedade terá direito de referência em primeiro lugar e os sócios em segundo lutar.

ARTIGO 7.º

Amortização

1 — A sociedade poderá amortizar qualquer quota ou parte, independentemente do consentimento do respectivo titular, pelo seu valor nominal, acrescido da parte correspondente aos fundos sociais cantantes do ultimo Balanço aprovado, em qualquer dos seguintes casos:

- a) Interdição ou insolvência de qualquer dos sócios;
- b) Anúncio de venda da quota em qualquer execução judicial, fiscal ou administrativa;
- c) Arresto, penhora, arrolamento ou qualquer outra forma de apreensão, alienação ou adjudicação judicial da quota.

2 — A quota figurará no balanço como quota amortizada, podendo os sócios deliberar posteriormente que, em vez da quota amortizada